

Jornal do SindCT

Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial

PESQUISADORES REPUDIAM CORTE NO ORÇAMENTO E CRITICAM ALCKMIN

Por desrespeitar a Constituição Estadual, a decisão do governador Geraldo Alckmin (PSDB) de cortar R\$ 120 milhões (11%) do orçamento anual da Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapesp) recebeu pesadas críticas de cientistas como Marcos Buckeridge, Hernan Chaimovich e muitos outros. *Páginas 4 e 5*



Buckeridge



Chaimovich



Pereira Junior

INPE garante lançamento do CBERS-4A em 2018

O gerente brasileiro do Programa CBERS, Antonio Carlos Pereira Junior, do INPE, declarou ao *Jornal do SindCT* que os preparativos prosseguem em ritmo acelerado no Brasil e na China e que o prazo será cumprido apesar das dificuldades. *Página 6*

SAÚDE Pg 3

Crise financeira da Unimed Cruzeiro afeta atendimento médico da categoria

BRASIL Pgs 8 e 9

STF manda projeto voltar ao Senado e "golpe das teles" sofre seu primeiro revés

NOSSA CIDADE Pgs 10 e 11

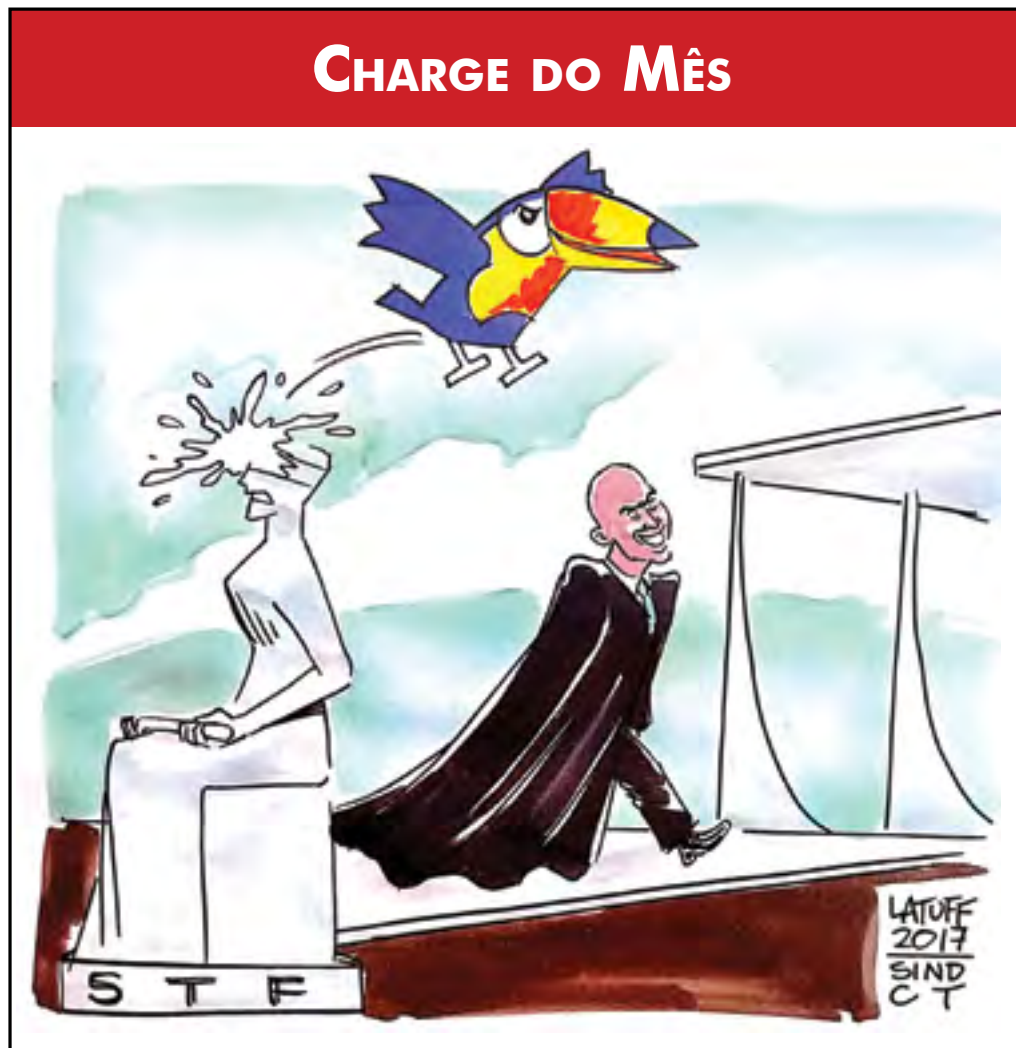
Entrega de casas a antigos ocupantes do Pinheirinho repara grave injustiça

“Apagão” no atendimento da Unimed Cruzeiro

Na virada do ano de 2016 para 2017 muitos servidores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e seus familiares cadastrados junto à Caixa de Assistência Social da Fipeccq (Fipeccq Vida), cujos planos de saúde estavam vinculados à operadora Unimed Cruzeiro, foram surpreendidos com um “apagão” nos atendimentos médico-hospitalares. Pessoas que estavam com consultas médicas agendadas por meses tiveram o atendimento negado com a informação de que a Unimed São José dos Campos havia interrompido o atendimento a usuários da Unimed Cruzeiro por falta de pagamento. As pessoas ficavam sem entender, pois estavam pagando em dia suas mensalidades do plano de saúde.

O problema trouxe à tona, novamente, a verdadeira bomba-relógio associada aos planos de saúde privados no Brasil, que via de regra cobram prestações elevadas, mas que, ainda assim, não conseguem se manter no azul, com constantes quebras e falências de cooperativas e empresas do setor. Tais problemas são ainda mais graves nos casos de planos coletivos que envolvem grupos cuja média etária é elevada, como é o caso do INPE e DCTA, instituições nas quais o déficit de novos concursos públicos faz com que a média etária de seus servidores ultrapasse os 50 anos (leia mais na p. 3).

Esta edição traz ain-



da matérias que denunciavam os fortes ataques dos governos Michel Temer (PMDB) e Alckmin (PSDB) à área de Ciência e Tecnologia. Na esfera nacional o ministro Kasab (MCTIC) atropela leis e, com a ajuda do senador Renan Calheiros, vale-se de uma burla no regimento interno do Senado Federal para fazer tramitar em ritmo galopante o chamado “golpe das telas” e, assim, conceder um “presente” às empresas privadas do setor de telecomunicações que pode superar R\$ 100 bilhões. No Estado de São Paulo o governador e a bancada

governista na Assembleia Legislativa desrespeitam a própria Constituição Estadual e subtraem do orçamento da Fapesp, agência responsável pelo fomento à pesquisa, nada menos de R\$ 120 milhões (p. 4 e 8).

Previdência

Não bastassem os ataques às instituições públicas de pesquisa do país, a sociedade ainda se vê diante da ameaça de uma nova (contra)reforma da Previdência Social, com mudanças nas regras de aposentadoria e pensão que trarão, se realmente aprovadas pelo Congresso

Nacional, enormes perdas de poder aquisitivo a milhões de brasileiros e brasileiras, tanto do setor público, quanto do privado. Isso além de obrigá-los a trabalhar quase até a morte (49 anos de contribuição e 65 de trabalho!). Uma “reforma” extremamente cruel, cuja finalidade é poupar dinheiro público para encher os bolsos dos banqueiros e especuladores. E especialmente perversa com as mulheres, que terão de trabalhar ainda mais, e com os trabalhadores rurais, que começam a labutar ainda na infância.

A proposta traz, por um

lado, uma redução no valor dos benefícios de aposentados e pensionistas, e por outro lado dificulta o acesso a estes benefícios para os trabalhadores em vias de se aposentar, seja com o aumento do tempo de contribuição, seja com o aumento da idade mínima de aposentadoria. Lembramos que os principais impactos destas mudanças na vida do servidor público foram detalhadamente descritos na edição de dezembro do *Jornal do SindCT*.

Para se contrapor a este verdadeiro atentado aos direitos dos trabalhadores e barrar esta reforma no Congresso, somente com muita luta e mobilização, nas várias frentes de ação (parlamento, movimentos sociais, sociedade organizada etc.). É o caso da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, e de um grupo de intelectuais e estudiosos do assunto, ambos empenhados em denunciar os sofismas e a manipulação de dados aos quais o governo recorre para justificar a reforma.

Em defesa da Previdência Social Universal, dos direitos históricos das classes trabalhadoras brasileiras e, em particular, dos servidores públicos, é preciso desmontar a falácia do déficit propalado pelo governo. O SindCT, por meio de seus diretores e advogados, tem contribuído ativamente com estas duas iniciativas.

Boa leitura!

OPERADORA ALEGA AGRAVAMENTO DA CRISE ECONÔMICA

Fipecq Vida adianta recursos à Unimed Cruzeiro para garantir atendimento

Atrasos nos pagamentos levaram profissionais, laboratórios e clínicas credenciadas a suspender a prestação de serviços aos servidores do INPE e do LNA. “Nunca tínhamos enfrentado este tipo de problema”, disse gerente da fundação

**Antonio Biondi e
Cristina Charão**

Os servidores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA) e seus familiares enfrentaram dificuldades para conseguir atendimento médico e hospitalar no final do ano. Diversos profissionais, além de laboratórios e clínicas credenciadas na Unimed Cruzeiro, suspenderam a prestação de serviços alegando atrasos nos pagamentos devidos pela operadora. Para sanar o problema foi preciso que a Fipecq Vida antecipasse repasses das mensalidades pagas pelos associados.

Ligada à Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, do

IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA, a Fipecq Vida é responsável pela oferta de assistência de saúde e odontológica aos funcionários destas e de outras 25 instituições federais. Para isso, contrata diferentes seguradoras e operadoras de planos de saúde. “A Fipecq Vida tem contratos com diversas operadoras: Bradesco, Amil, Unimed Rio, Unimed Manaus e outras. Nunca tínhamos enfrentado este tipo de problema”, disse Gleide Chaves, gerente de Gestão de Saúde da Fipecq Vida, ao *Jornal do SindCT*.

O adiantamento feito à Unimed Cruzeiro foi o equivalente a um mês inteiro de repasses. “A gente tem buscado na medida do possível ajudar a operadora, para não afetar o associado”, garante Gleide. Ela lembra que, apesar de ser a primeira vez em que a oferta de serviços aos associados é afetada, crises de gestão têm sido uma constante em diversas das cooperativas Unimed. “Infelizmente, acontece e vem acontecendo com uma frequência cada vez maior.”

A Unimed Cruzeiro declarou ao *Jornal do SindCT* que os problemas com fornecedores estão equacionados e justificou as dificuldades enfrentadas

no final de 2016 como sendo parte do quadro geral dos problemas enfrentados pelo setor de saúde suplementar. Este quadro seria resultado do “agravamento da crise econômica”, que teria aumentado os custos e, ao mesmo tempo, levado a uma forte redução no número de beneficiários.

Diz a nota da operadora: “Dada a conjuntura econômica do país e seus impactos sobre a saúde suplementar, a alta inflação médica gerou impacto no setor, culminando no maior valor da série histórica (19,7%). A Variação dos Custos Médico-Hospitais (VCHM) tem sido impulsionada principalmente pela aceleração no índice dos procedimentos de Internação e de Terapias. Estudos do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS) mostram que a Internação é o principal item dos gastos médicos em planos de saúde, principalmente devido a OPME (Ortose, Prótese e Materiais Especiais). Com a Unimed Cruzeiro ocorreu exatamente conforme divulgado pelo IESS, porém já está equacionado”.

Crise do setor

No final de 2015, a Unimed Paulista, cooperati-

va que reunia prestadores de serviços médicos da cidade de São Paulo e atendia cerca de 740 mil pessoas, foi à falência. Em 2016, a grave crise financeira que afeta a Unimed Rio fez com que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) suspendesse a venda de planos da operadora por vários meses. Agora, a instituição segue funcionando graças a um Termo de Ajuste de Conduta estabelecido com o poder público, mas a ameaça de liquidação da cooperativa paira sobre seus 800 mil usuários.

Segundo as operadoras de planos de saúde, a crise do setor é resultado dos custos crescentes na área da saúde e do envelhecimento da população. Até a judicialização das relações entre clientes e empresas já foi apontada como causa dos problemas do setor, um dos principais alvos de reclamações nos serviços de proteção aos direitos do consumidor.

Para estudiosos da área da saúde coletiva, contudo, a crise tem outras raízes. De um lado, casos típicos de má gestão em uma área extremamente complexa do ponto de vista administrativo. De outro, a aposta do setor em modelos baseados na competição pela venda de planos, negligên-

ciando investimentos tanto em estratégias de prevenção, como em pesquisas e tecnologia.

Neste quadro crítico, a Fipecq Vida afirma que está atenta para evitar que os transtornos atinjam seus associados. “Temos a renovação do contrato com a Unimed Cruzeiro em maio. Estamos buscando as alternativas junto à própria Unimed e também fora dela”, afirma Gleide. “Até o momento, são especulações de mercado para saber se há operadora com capacidade de atendimento para o número de associados.”

Ao todo, 3.082 vidas — entre associados e dependentes de associados da Fipecq Vida ligados ao INPE e ao LNA — são atendidas pela Unimed Cruzeiro. Os planos têm abrangência nacional e o atendimento nos diferentes municípios é garantido, em tese, pelo sistema de intercâmbio entre várias operadoras ligadas ao Sistema Unimed. Porém, uma das dificuldades da Fipecq Vida para negociar os contratos com as operadoras de planos de saúde para os trabalhadores do INPE e do LNA é a pulverização geográfica dos funcionários pelas diferentes unidades das duas instituições.

“Às vezes, a gente pensa que uma operadora local pode oferecer condições melhores para o associado, por oferecer os serviços mais próximos, mas quando vemos a tabela de preços ela não se diferencia muito de planos nacionais, por exemplo. E nossa tarefa é procurar as melhores condições para o associado”, conclui a gerente.



FINANCIAMENTO DA PESQUISA CIENTÍFICA

Alckmin tira R\$ 120 milhões da Fapesp e a comunidade científica protesta

A pedido do governador tucano, a Assembleia Legislativa aprovou a redução no orçamento da Fundação de Amparo à Pesquisa, ferindo a Constituição Estadual, que garante, no artigo 271, repasse anual de 1% da receita tributária

Antonio Biondi e Napoleão de Almeida

Uma onda de atraso e desrespeito às constituições estaduais toma conta do País sob a justificativa de “austeridade econômica”. Em vários Estados pelo Brasil, as Assembleias Legislativas têm aprovado, sempre a pedido dos governadores, leis orçamentárias em desacordo com as respectivas constituições estaduais e seus dispositivos que prevêm o repasse de recursos para ciência e tecnologia. É o caso de São Paulo, onde a Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapesp), a maior fundação estadual de pesquisa do Brasil, foi atingida com um corte de 11% em seu orçamento.

“Representa um corte de R\$ 120 milhões, é uma

quantia enorme e seria um desastre para a Fapesp, principalmente pelo precedente de fazer o corte. O artigo 271 da Constituição Estadual prevê que 1% da arrecadação [de impostos] do Estado deve ser colocado em ciência. Isso nunca falhou”, declarou ao *Jornal do SindCT* o professor Marcos Buckeridge, docente do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP) e presidente da Academia de Ciências do Estado de São Paulo (Aciesp).

No seu artigo 271, a Constituição Estadual de São Paulo determina: “O Estado destinará o mínimo de um por cento de sua receita tributária à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, como renda de sua privativa administração, para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico”. No entanto, a Lei Orçamentária de 2017, aprovada pela Assembleia Legislativa (Alesp) em 29 de dezembro de 2016, prevê a retirada de 0,11% do repasse do 1%. O corte foi aprovado por ampla maioria: 64 votos de deputados da base governista, que atenderam à decisão do Palácio dos Bandeirantes.

Em reunião do secretariado paulista ocorrida em abril de 2016, Alckmin já fizera um duro ataque à Fapesp, segundo relato de algumas mídias, como a *Veja.com* e o jornal *Estado*. “Gastam dinheiro com pesquisas acadêmicas sem nenhuma utilidade prática para a sociedade. Apoiar a pesquisa para a elaboração da vacina contra a dengue, eles não apoiam. O Butantã sem dinheiro para nada. E a Fapesp quer apoiar projetos de sociologia ou projetos acadêmicos sem nenhuma relevância”, teria afirmado Alckmin, como registrou a coluna “Radar On-Line”, da *Veja.com*, em 25 de abril de 2016.

Tudo indica que o governador tucano já preparava terreno para avançar sobre os recursos da fundação. Tanto é que ele defendeu, na mesma ocasião, o fim da vinculação orçamentária que vem garantindo, historicamente, o financiamento da pesquisa em São Paulo, e contribuiu para a posição de destaque das três universidades estaduais (USP, Unesp e Unicamp) na produção científica nacional. “A Fapesp tem 1% do orçamento. Tem mais de R\$ 800 milhões em conta. E o [Instituto] Bu-

Cecília Bastos/USP



Professor Buckeridge (USP): “Mais que ilegal, é imoral”

tantã sem dinheiro para fazer vacina”, teria acrescentado Alckmin.

O desdém com que o governo estadual trata o setor de ciência e tecnologia vem desde a nomeação do advogado e vice-governador Marcio França (PSB) para a pasta do Desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Inovação. Sem relação com a área científica, França promoveu incentivos à economia produtiva mas não se dedicou à melhoria do setor de pesquisa. Como é praxe no Brasil, um peixe fora d’água dentro do segmento.

Mesmo antes da nefasta votação de dezembro, que ratificou a total submissão do legislativo ao executivo, o abandono do setor de ciência e tecnologia em São Paulo já se estendia à Alesp. Desde 6 de abril de 2016, portanto há dez meses, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação da Alesp simplesmente não se reúne. Foram oito reuniões fracassadas, seja por falta de quórum, seja por cancelamento. O deputado Orlando Bolçone

(PSB) é quem preside a comissão. Ele foi procurado pela reportagem para debater o assunto, mas não deu retorno até o fechamento dessa edição.

“Passamos por [Orestes] Quércia, [Paulo] Maluf... todos repassaram a verba até hoje”, comentou o professor Buckeridge, referindo-se aos ex-governadores do Estado. “A grande ambição que todos os Estados têm é de que a ciência seja independente e não politizada. São Paulo é um exemplo com essa previsão constitucional. Se isso [a afronta à vinculação orçamentária prevista na Constituição Estadual] acontecer aqui, todos irão perder a esperança em ciência no Brasil”. O presidente da Aciesp se surpreendeu ao tomar conhecimento de que a Comissão de C&T da Alesp na prática só existe no papel.

A Aciesp enviou carta aos deputados, explicando a importância da negativa ao corte. “Vamos estimular que tenham essas reuniões, montar a comissão de cientistas para participar. Estamos com

CIÊNCIA & TECNOLOGIA



Deputado estadual Carlos Neder (PT-SP)



Governador Geraldo Alckmin (PSDB)

o mapa da ciência do Estado de SP, que mostra o fator de impacto da pesquisa em cada região”, explicou, na esperança que os deputados entendam o impacto da pesquisa nos seus próprios redutos eleitorais

Repercussão negativa

O corte ordenado por Alckmin repercutiu muito mal. “Se a comunidade científica não se mobilizar intensamente, e não mobilizar intensamente a opinião pública, a emenda não será revogada e a Fapesp, enquanto agência de fomento politicamente independente, pode estar com seus dias contados. Junto com ela, pode fenece o sistema de pesquisa mais vigoroso da América Latina”, escreveu o professor emérito do Instituto de Química da USP Hernan Chaimovich, em artigo publicado no *Jornal da Ciência*, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Outro intelectual que criticou a medida foi o filósofo Hélio Schwartsman, que em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* rotulou a ação como “golpe contra a Fapesp”. Ele lembrou que

a vantagem da fundação paulista em relação às suas coirmãs dos outros Estados reside exatamente na vinculação orçamentária de 1% da receita tributária: “Enquanto a fundação paulista funciona muito bem, a maioria de suas congêneres estaduais vive à míngua. [...] Além da estrutura enxuta do órgão, todos os governadores paulistas, desde Carvalho Pinto (1959-63) [...] sempre cumpriram rigorosa e pontualmente o dispositivo que determina a transferência do dinheiro”. Por fim, Schwartsman apontou o principal responsável pelo assalto aos cofres da Fapesp: “É preocupante, portanto, constatar que a gestão de Geraldo Alckmin quebra essa longa e virtuosa tradição.”

Até mesmo o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), sempre bastante subserviente ao governo estadual, emitiu nota na qual expressa sua “preocupação” com a decisão de reduzir o percentual constitucional das transferências do Tesouro do Estado para a Fapesp. “A redução, de 1% para 0,89%, representa uma perda significativa de receita para a Fapesp, perda essa estimada em R\$ 120 milhões em 2017. Tal me-

didada contraria o compromisso histórico de financiamento estável e perene à fundação, consagrado há 28 anos no artigo 271 da Constituição do Estado de São Paulo”.

A Aciesp não descarta a possibilidade de acionar o poder judiciário contra a medida. “Há uma ala da comunidade científica que entende que tem que entrar com processo. Nós precisamos de um parecer jurídico, a SBPC também está envolvida nisso. Há um conflito entre lei e Constituição. A compreensão é de que não pode passar por cima. Mais que ilegal, é imoral. A legalidade é importante, o Estado de SP é o único que tem repasse mantido de 1962 até agora”, diz Buckridge.

A justificativa do governo estadual de que fará transferência direta de recursos para institutos estaduais de pesquisa não convence o presidente da Aciesp. “A alegação é de que esses R\$ 120 milhões iriam apoiar institutos de pesquisa. Temos 18 institutos no Estado, todos têm uma importância muito grande. O governo simplesmente abandonou esses institutos nos últimos anos, com a ideia de que, por exemplo, o IPT [Instituto de Pesquisas Tecnológicas] poderia so-

breviver comercializando, e isso reduziu a pesquisa. Veja o caso do Butantã, que faz vacinas e elas são dadas para as pessoas. Algo pode ser comercializado, mas não tudo”.

Ainda segundo Buckridge, a Fapesp já investe cerca de R\$ 50 milhões por ano nesses institutos, com um alto índice de aprovação de projetos. “O governo precisa ter um plano de contingência para esses institutos. Esse dinheiro é para fomentar pesquisas e não para pagamento de salários. Isso o Estado tem que prover. Ciência é um investimento, não despesa”.

O deputado estadual Carlos Neder (PT), membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação da Alesp, criticou a política de sucateamento dos institutos públicos de pesquisa e denunciou que o governo preferiu sacrificar a verba da Fapesp a reduzir os recursos destinados à propaganda governamental. “Os institutos vêm se deteriorando por conta da lógica que impera nos governos do PSDB de substituí-los pela compra de consultoria no mercado. Isso explica a proposta da venda de patrimônio dos institutos de pesquisas públicos, da não realização de concurso para cargos

vagos — um desestímulo total. Como Alckmin não se propõe a realocar recursos de propaganda, tiraram da Fapesp e realocaram”.

Neder revelou que a Alesp sequer debateu o corte nas verbas da Fapesp: “Essas emendas aprovadas foram articuladas sem qualquer debate, seja na comissão, seja no plenário. Apareceram na emenda aglutinativa apresentada pelo líder do governo [deputado Cauê Macris (PSDB)], sem serem oferecidas para a oposição”, disse.

Gaúchos resistem

Enquanto os paulistas ainda tentam entender o golpe sofrido pela Fapesp, no Rio Grande do Sul o setor de pesquisas já está mais mobilizado, frente à decisão do governador José Ivo Sartori (PMDB) de extinguir nove fundações, entre elas o Cientec, que é a fundação estadual de C&T. Ainda em janeiro uma comissão de advogados anunciou medidas jurídicas para que o Estado repare as perdas e reverta o quadro.

Em nome dos servidores atingidos, a comissão, encampada pela CUT-RS, questiona a perda do patrimônio público e os ataques aos direitos trabalhistas dos funcionários das fundações. “Atropelaram tudo, tem pesquisas importantes em andamento”, protesta o vice-presidente da Associentec, Leandro Taborda. Por ora, as decisões estão suspensas por uma liminar: “Esse projeto de lei foi aprovado no dia 20 de dezembro e entrou em vigor no dia 17 de janeiro. Os sindicatos ganharam uma liminar que suspendeu as demissões e o esvaziamento das fundações”, relata o sindicalista.

INTEGRAÇÃO E TESTES SERÃO REALIZADOS NO BRASIL

CBERS-4A acelera para ser lançado no final de 2018

Apesar disso, especula-se que este pode ser o último satélite da série a ser executado pelo INPE, porque a Visiona, contratada para montar o SGDC, estaria em expansão: “Ela está avançando em outras áreas”, diz gerente do CBERS

Shirley Marciano

A parceria com a China no Programa CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) pode estar em xeque, restando ao INPE ficar fora do jogo ou com outro tipo de participação. Isto porque, com a criação da Visiona para integrar o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação (SGDC), cogita-se transferir para ela os satélites encomendados pelo governo.

Embora não exista nada oficial, essa ideia, que circula há bastante tempo, toma corpo porque o próprio diretor do INPE, Ricardo Galvão, expôs na entrevista concedida ao *Jornal do SindCT* sua posição de que o instituto deve criar suas próprias demandas de pesquisas, de modo a ocupar seus servidores com satélites científicos. Ele disse ainda que o INPE não deve ser uma “fábrica de satélites”, e esboçou preocupação com o número reduzido de servidores, que segue numa tendência de queda, em virtude das aposentadorias e de não haver possibilidade imediata de reposição.

No caso do CBERS-4A, contudo, não há

possibilidade de mudanças, pois os contratos já foram assinados e o cronograma definido. “As agências espaciais brasileira (AEB) e chinesa (CNSA, sigla em inglês) estão discutindo os CBERS-5 e 6, mas a parte técnica ainda não está sendo debatida, principalmente no que diz respeito ao processo de execução. Portanto, não me arrisco a responder sobre esse assunto. Se vai ter participação da Visiona, eu não sei”, comenta Antonio Carlos de Oliveira Pereira Junior, engenheiro do INPE e gerente do Programa CBERS pela parte brasileira. “Há sim, por parte das agências, uma intenção de maior participação das indústrias. Sobre qual será o papel do INPE, ainda não há nada definido. Mas não tem como negar que a Visiona é uma realidade”, prossegue Pereira Junior na conversa exclusiva com o *Jornal do SindCT*. “Não sei se ela foi criada só para o SGDC. Ela está avançando em outras áreas; entrando no mercado”.

Cronograma

Com relação ao cronograma do CBERS-4A, há uma preocupação para conseguir executar tudo até o final de 2018, quando ocorrerá o lançamento. As verbas só foram disponibilizadas no dia 23 de novembro de 2016, com a sanção presidencial do *Protocolo Complementar*, que seguiu o rito após aprovação no Congresso em agosto. Este protocolo tem o objetivo de estender a parceria entre os dois países. Na verdade,



Pereira Junior (INPE), gerente do CBERS

ficou muito tempo parado na Casa Civil devido à falta de um dos documentos, a *Cláusula de Solução de Controvérsia*, que é um item praxe nos contratos de cooperação internacional (confira em <http://migre.me/w0K6p>).

“Somente no dia 6 de dezembro assinamos o contrato com a fundação de apoio [Funcate - Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais] para compra dos equipamentos. Estou ‘no sufoco’ para viabilizar isso [a integração, teste e lançamento do satélite], porque só pudemos atuar na parte de compras a partir de novembro de 2016. Mas não ficamos parados. Nós tivemos várias reuniões com os chineses, mexendo com documentação e tratando de outros assuntos. Lembrando que parte dos nossos equipamentos já está fabricada, porque são remanescentes do CBERS-4. No entanto, mesmo com o desafio do tempo curto, está mantido o lançamento para 2018”, assegura o gerente do CBERS.

Ainda de acordo com Pereira Junior, há duas semanas ele, Galvão e repre-

sentantes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) estiveram na China. Na ocasião, tornou-se palpável o atraso brasileiro. “Eles já estavam com tudo comprado e integrado em modelo de voo”, compara.

Os equipamentos já foram especificados para que a Funcate possa adquirir. A ideia é que o teste final de integração do modelo de voo aconteça em 12 meses, e deve começar ainda este ano. A integração e teste de todo o satélite serão realizados no Brasil, cumprindo o acordo de revezamento com a China. O Laboratório de Integração e Testes (LIT-INPE) já se prepara para executar todo esse trabalho. Um dos grandes desafios será trabalhar em tempo exíguo com recursos humanos insuficientes.

Preocupações

Mesmo havendo sinal verde para dar início às aquisições dos equipamentos, ainda assim há preocupações financeiras, porque existe dúvida de quanto será efetivamente repassado ao programa. Todo ano, o Projeto de Lei

Orçamentária (PLOA) é votado e, assim, reservam-se determinados valores para cada ministério e projeto. Porém, mesmo depois de votado e aprovado, esses montantes não necessariamente chegam aos órgãos ou instituições destinatários. Isso porque podem ocorrer os temidos “contingenciamentos”.

“Eu tenho preocupação com relação ao que de fato será disponibilizado de verbas. Ou seja, um orçamento não se traduz no valor que será recebido, diferentemente do que acontecia em outros anos. Em 2016, tivemos a sorte de receber aquele dinheiro de repatriação [R\$ 50,9 bilhões arrecadados pela Receita Federal, oriundos de recursos mantidos ilegalmente no exterior], que foi para vários ministérios, inclusive para o MCTIC. Foi o que salvou”, desabafa Antonio Carlos.

Outro temor quanto ao orçamento é a entrada em vigor da famigerada emenda constitucional que institui um teto para os gastos públicos, a ex-PEC 55. Ela fará a equipe econômica do governo cortar R\$ 4,7 bilhões do Orçamento Geral da União em 2017. Até o momento não está claro se o MCTIC também será afetado e em que medida.

Há também o receio de eventuais embargos do governo Trump que venham a prejudicar a aquisição de matérias-primas ou componentes, como o alumínio aeronáutico que é comprado dos EUA. Mas o gerente do CBERS afirma que até o momento não houve sinalização negativa a esse respeito.

GRUPO DE ELETRICIDADE ATMOSFÉRICA (ELAT) É PIONEIRO NESSE TIPO DE PESQUISA

Sistema de previsão de raios do ELAT

Metodologia de previsão e alerta à população, desenvolvida por grupo especializado do INPE, poderia reduzir a média anual de 111 óbitos por raios no País, mas não está em operação por falta de investimentos

Alexandre Bezerra e Antonio Biondi



ELAT/INPE

**Coordenador
Osmar Pinto Junior**

Atingido a cada ano por cerca de 50 milhões de raios, o Brasil é o campeão mundial de incidência desse tipo de fenômeno. Anualmente, são registradas em média 111 mortes por raios em território brasileiro, sendo o verão a época de maior ocorrência de acidentes. Por ser o maior país em extensão territorial localizado na região tropical do planeta, com temperaturas elevadas, o Brasil reúne condições propícias para a condensação do ar quente e úmido que sobe para a atmosfera, criando partículas de gelo que se chocam e formam os relâmpagos.

Diante desse cenário, o Grupo de Eletricidade Atmosférica (ELAT), pioneiro em pesquisas sobre raios no Brasil, e que integra o Centro de Ciências do Sistema Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), desenvolveu uma metodologia de previsão deste fenômeno para que a população possa se proteger com antecedência das situações de risco.

“É de senso comum e muito divulgado pela imprensa que a chance de uma pessoa ser atingida por um raio é de uma em um mi-

lhão, uma probabilidade muito remota. Mas essa média não retrata os perigos reais para as pessoas que se colocam em situações de risco. Se você está no mar durante uma tempestade, por exemplo, a chance de ser atingido por um raio pode chegar a ser de 1 em 100, uma probabilidade relativamente alta. E é exatamente nessas ocasiões que as pessoas são atingidas”, alerta o pesquisador Osmar Pinto Junior, coordenador do ELAT.

Doutor em ciências espaciais, o engenheiro liderou o desenvolvimento da metodologia de previsão dos raios, que apresenta uma margem de acerto de 85% — índice semelhante aos da previsão do tempo. O sistema se utiliza de informações dos modelos meteorológicos tradicionais para identificar valores de umidade e temperatura em diferentes alturas da atmosfera. Da comparação da ocorrência de raios com estes dados, foi possível criar um padrão de configuração de umidade, temperatura e precipitação em determinadas alturas da atmosfera que indica, com boa margem de segurança, se haverá tempestades de raios nas

24 horas seguintes.

O sistema, que pode contribuir para a diminuição de mortes, foi lançado no final de 2015. Porém, diante da crise econômica atual, o ELAT enfrenta dificuldades para obter os investimentos necessários para tornar operacional a metodologia e colocar a iniciativa à disposição da população brasileira.

Mortes

Os dados sobre mortes por raios no país começaram a ser compilados pelo ELAT em 2000, com classificação das ocorrências em cada região do país, o perfil das pessoas atingidas e as circunstâncias dos acidentes. O histórico dessa pesquisa aponta para o Sudeste como a região onde mais morre gente atingida por raios, respondendo por 38% do total de acidentes. São Paulo é a cidade com mais acidentes fatais, seguida por Manaus.

De cada quatro mortes, três são de homens, e as circunstâncias mais comuns envolvem pessoas atingidas ao ar livre na zona rural, trabalhando no campo, com poucos locais próximos para se abrigar durante as

tempestades, ou em campos de futebol, em parques, na praia ou dentro do mar.

Embora a grande maioria dos acidentes fatais ocorra ao ar livre (80%), há um contingente significativo de cerca de 20% de mortes ocorridas dentro das residências.

“Isso significa que as pessoas estão mais seguras dentro de casa do que fora, mas não estão completamente livres do perigo que os raios representam”. Muitas casas no Brasil não dispõem de fusíveis e componentes de segurança em seus quadros de força. Assim, um raio que caia próximo a construções vulneráveis irá induzir correntes pela rede elétrica e por cabos de telefone que chegam às tomadas caseiras, podendo causar a morte de pessoas que entrem em contato com objetos ligados à rede elétrica (por exemplo a geladeira), ou que estejam tomando banho no chuveiro elétrico, ou falando ao telefone fixo.

O Brasil é o sexto país em mortes por raios no mundo. A boa notícia é que o número de acidentes vem apresentando uma tendência de declínio ao longo dos 16 anos de medição do

ELAT. A média brasileira, que era de 130 mortes por ano na primeira década dos anos 2000, está atualmente em torno de 110.

Em comparação com os países desenvolvidos, no entanto, há muito que melhorar. Nos Estados Unidos, por exemplo, morrem cerca de 30 pessoas por ano em decorrência de acidentes com raios. “Deveríamos ter um índice semelhante, pois apesar de os Estados Unidos terem uma incidência menor de raios, possuem um total de 350 milhões de habitantes, contra cerca de 200 milhões no nosso país, sendo semelhante o risco de ser atingido por um raio nos dois países”, afirma Osmar Pinto. “Mas lá existem associações médicas dedicadas ao tema, congressos e seminários frequentes e até um dia nacional de conscientização sobre medidas de proteção contra raios, ações que não temos aqui”, acrescenta.

A tendência de queda do número de acidentes fatais no Brasil se deve, principalmente, ao maior acesso à informação da população a respeito dos perigos dos raios e das medidas de precaução. “Não há como eliminar os acidentes e as mortes com raios, mas devemos sempre evitar correr riscos”, conclui Osmar.

BRASIL

PROJETO SUSPEITO ALTERA LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES

“Golpe das teles” ameaça patrimônio público e põe em risco acesso da população à Internet

Apoiadas pelo ministro Gilberto Kassab, as mudanças na LGT põem em grave risco a universalização do acesso às redes. Senado aprovou PL a toque de caixa e tentou ignorar mandado de segurança da Oposição no STF

Cristina Charão*

Que a telefonia fixa já não é o principal serviço de telecomunicações no mundo, todos já sabem. Que esta constatação óbvia sirva para alterar profundamente as regras do jogo de um dos maiores setores da economia nacional, este é um alerta que vem sendo feito por diversas entidades da sociedade civil ao denunciar as alterações propostas pela base governista à Lei Geral de Telecomunicações (LGT). Está em curso o “golpe das teles”.

O projeto de lei 79/2016 — de autoria do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) e incluído na “Agenda Brasil” pelo presidente do Senado, Renan Calheiros — prevê a extinção do regime público de concessão de serviços de comunicação e a entrega da antiga infraestrutura do Sistema Telebrás, avaliada em cerca de R\$ 100 bilhões, às operadoras de telefonia, conhecidas como “teles”, em troca de supostos investimen-

tos futuros.

Em vigor desde 1997, a LGT foi gestada durante o governo Fernando Henrique Cardoso dentro do quadro de privatização do setor. A opção, naquele momento, foi distribuir autorizações para prestação de serviços em regime privado para as novas tecnologias — telefonia móvel e acesso à internet — que operariam em redes diferenciadas daquela construída pela Telebrás. Já a telefonia fixa, considerada serviço essencial, ficaria sujeita ao regime público, com metas de universalização e qualidade dos serviços, além de controle de preço.

As concessões também previam o mecanismo de reversibilidade, ou seja: ao final do período de 20 anos os bens então pertencentes à Telebrás retornariam à União, uma garantia de continuidade dos serviços.

Passadas duas décadas, a Internet tornou-se o centro dos sistemas de comunicação e, por isso mesmo, o acesso a ela é considerado essencial à garantia de direitos e ao desenvolvimento econômico e social. O reco-

nhecimento legal dessas características é, inclusive, uma das principais conquistas do Marco Civil da Internet. A essencialidade do acesso à Internet e a criação de mecanismos legais que regulem o mercado para garantir a democratização do acesso figuram há anos como uma das principais pautas das organizações ligadas à área da comunicação.

A própria revisão da LGT era uma das demandas da Campanha Banda Larga, que reúne dezenas de entidades e defende um sistema misto: público para as grandes infraestruturas de rede (os chamados *backbones*) e privado na distribuição ao consumidor (conhecida como *backhauls*). “Isso garantiria controle público do sistema e incentivaria a multiplicação de pequenos servidores”, explica Bia Barbosa, do grupo Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação, uma das organizações da Campanha Banda Larga.

Discrepância

Para as organizações que acompanham o debate, os “furos” do processo e o beneficiamento das “teles” ficam evidentes inclusive quando se trata de falar dos valores envolvidos. O governo e



Bia Barbosa, do Intervozes: “Ataque brutal ao patrimônio público”

Jane de Araújo/Agência Senado



Renan: rapidez impressionante e burla do regimento

Agência Senado



Eunício: “erro técnico”

BRASIL



as operadoras defendem que os bens reversíveis somam valores próximos de R\$ 13 bilhões. As organizações contrárias usam dados da própria Agência Nacional de Telecomunicações para definir estes valores na casa dos R\$ 103 bilhões. Além da discrepância dos números, o projeto também não prevê como serão contabilizados e acompanhados os supostos investimentos.

Por sua vez, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) informou que o projeto permitirá “maior controle sobre os serviços” uma vez que todos os serviços prestados por um grupo econômico estarão em um único termo de autorização. “Com isso, a Agência tem maior poder de fiscalização sobre a atuação das empresas. Além disso, todo o processo de adaptação de concessão para autorização será acompanhado pelo Tribunal de Contas da União”, disse o MCTIC ao *Jornal do SindCT* por meio de sua assessoria.

A nota também regis-

tra que, para o ministério, o modelo atual de concessões não permite a universalização da banda larga pois o regime público inclui apenas os serviços de telefonia fixa. “Isso significa que qualquer troca de obrigações no âmbito do próprio contrato apenas liberaria recursos para investimento na própria telefonia fixa”.

Bia ressalta que, hoje, as infraestruturas de telecomunicações são totalmente sobrepostas e a rede original da Telebrás tornou-se elemento chave da ampliação do acesso à Internet no país. Além disso, o caráter de serviço essencial da Internet está claro e já registrado na legislação, o que justificaria que as autorizações fossem transformadas em concessões, e não o contrário.

“Nós entendemos que, como a própria LGT já prevê, bastaria um decreto presidencial para alterar o regime de concessão dos serviços de telecomunicações. Ou seja, não seria preciso nenhuma revisão da LGT. Foi por isso que insistimos há tempos para que os presidentes Lula e Dilma colocassem a Internet sob regime público, o que não aconteceu”, lamenta Bia.

“Agora, temos um governo que não só acaba com a figura do regime público, como vai entregar R\$ 100 bilhões em patrimônio público para as empresas fazerem o que quiserem. É um ataque brutal ao patrimônio do país e algo que vai inviabilizar a universalização da Internet no Brasil, ou seja: é também um ataque a um direito fundamental no século XXI”.

*Colaborou **Antonio Biondi**

Senado tenta atropelar STF, mas Barroso manda projeto retornar à casa

Moreira Mariz/Agência Senado



Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM): “É o golpe das teles”

Assim que tomou posse, o ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, assumiu como sua tarefa principal a reformulação da Lei Geral de Telecomunicações. O trâmite encontrado foi pegar o projeto de lei (PL) do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), que já estava em análise na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. De lá, o PL seguiu diretamente para o Senado Federal, em um ritmo impressionante.

“O projeto chegou à mesa do Senado à noite e na mesma noite foi lido em plenário”, conta a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). O então presidente Renan Calheiros (PMDB-AL) encaminhou o projeto para apenas a Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional. “Na mesma noite, o presidente dessa comissão, Otto Alencar (PSD-BA), autodenominou-se relator e já apresentou um parecer na manhã seguinte”, relata.

“É o golpe das teles”, resume a senadora. A pressa foi tanta que, como no golpe presidencial, não foram seguidos os trâmites de andamento de um processo no Congresso Nacional. Após aprovação na Comissão, o PL 79/2016 foi diretamente para a Mesa Diretora do Senado, de onde seria enviado para sanção presidencial.

Três minutos antes do fim do prazo, senadores de oposição conseguiram entrar com recurso à Mesa Diretora contra a manobra. O recurso foi rejeitado e a oposição recorreu ao Judiciário, pedindo que a proposta siga o trâmite normal. O futuro do projeto passou então à responsabilidade do Supremo Tribunal Federal (STF), que analisa o Mandado de Segurança im-

petrado pela oposição.

Apesar disso, Kassab parecia confiante, pois mesmo após o caso chegar ao STF continuou a declarar que a nova LGT seria sancionada em fevereiro por Temer. Nos primeiros dias de janeiro, o ministro esteve com Carmen Lúcia, presidente do STF, em audiência que solicitou para defender o projeto. No entanto, Carmen Lúcia não julgou o Mandado de Segurança, como poderia fazer como presidente do STF em período de recesso do Judiciário. Na sexta-feira, dia 13 de janeiro, encaminhou o caso para análise de outro ministro, Teori Zavascki — que viria a falecer tragicamente na semana seguinte.

No dia 31 de janeiro, véspera do início do ano legislativo, em seu último dia como presidente do Senado, Renan Calheiros despachou o projeto para o Palácio do Planalto, passando por cima do STF. A oposição protestou e o novo presidente, Eunício Oliveira (PMDB-CE), mandou o projeto voltar. Informou que havia ocorrido um “erro técnico”. Mas a senadora Vanessa interpreta de outra forma o que aconteceu: “Tentaram considerar aprovado um projeto estratégico como esse sem passar pelo plenário do Senado”.

Dois dias após a tentativa de dribble do Senado, o Supremo deu sua palavra. O ministro Luís Roberto Barroso, que herdou o caso na redistribuição feita, concedeu liminar ordenando que os senadores voltem a analisar o tema. Uma pequena vitória dos que lutam contra o “golpe das teles” e buscam mobilizar apoio da sociedade contra esse novo assalto ao patrimônio público.

(Daniel Merli)

HABITAÇÃO POPULAR

São José repara injustiça social

Fotos: Fernanda Soares

Quase cinco anos após a violenta reintegração de posse do Pinheirinho, ex-moradores recebem as chaves das moradias construídas graças ao programa "Minha Casa Minha Vida"

Fernanda Soares

Explosão de emoção. É isso que define a cena assistida pela equipe do SindCT na entrega das chaves da casa própria aos ex-moradores do Pinheirinho, em São José dos Campos. Uma mistura de ansiedade, expectativa, choro, risos e festa exalava do Estádio Martins Pereira, onde foi realizada a assinatura do contrato para as 1.461 famílias cadastradas após a expulsão ocorrida quando da violenta reintegração de posse do terreno, em 2012.

As casas possuem 46,5 metros quadrados, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. Os imóveis ficam no bairro Emha 2, região sudeste, a 15 quilômetros do centro da cidade. Ao contrário do que muitos pensam, a moradia não é gratuita. Os novos proprietários irão pagar mensalidades até a quitação do imóvel.

A entrega das casas foi adiada cinco vezes pela Caixa Econômica Federal. Somente após muita pressão da Prefeitura foi possível realizar a entrega, às vésperas do Natal.

Entrega das chaves

A aposentada Francis-



Alegria e comemoração pela entrega das chaves

ca Pereira, de 73 anos, era uma das primeiras da fila. Ao entrar no estádio, já sentiu as pernas moles e o coração palpar. Assinou o contrato com as mãos trêmulas. Os olhos brilharam ao ver as chaves da nova casa. Dona Francisca precisou sentar na arquibancada do estádio e chorou por mais de meia hora, sem acreditar no presente de Natal que recebia. "Finalmente terei uma vida digna", foram as palavras que conseguiu pronunciar.

Em outra fila, Eliete dos Santos Barbosa recebia as chaves na companhia da mãe e dos três filhos. O marido não compareceu porque estava trabalhando. Eliete conta que quase perdeu o prazo para o cadastro dos moradores do Pinheirinho na Prefeitura, pois seu segundo filho estava apenas com 30 dias no momento da desocupação e ela ainda se recuperava fisicamente do parto.

Outro beneficiário, Heleno Pereira Clementino,



Heleno: "Vou mudar hoje mesmo"

casado e com duas filhas, já estava com a mudança pronta, só aguardando a entrega das chaves. "Isso é um presente de Natal, vou mudar hoje mesmo".

Com as chaves em mãos, algumas pessoas corriam para fora do estádio, na ansiedade de entrar logo na nova casa, enquanto outras festejavam ali mesmo, dançando, sacudindo as chaves, aguardando o vizinho se juntar a eles.

Problemas nas casas

Os moradores do Pi-

neirinho dos Palmares, que já se instalaram nas casas novas, relatam muitos problemas. Alguns moradores reclamaram de falta de energia e água, enquanto outros disseram que partes da estrutura estariam quebradas, como canos e portas.

Por nota, a Caixa Econômica Federal informou que embora as casas já tenham sido entregues, as mudanças no bairro ainda estão em andamento e a construtora Realiza deve atender a todos os moradores. Responsável pela construção das casas, a

Realiza disponibilizou uma equipe no bairro para atender a cada solicitação dos moradores em um prazo máximo de três dias.

Relembre o caso

A área do Pinheirinho estava abandonada havia mais de 30 anos. Há duas versões quanto à propriedade das terras.

Na primeira, as terras teriam pertencido a um casal de alemães que, na década de 1960, foi assassinado. O casal não deixou herdeiros. Estranhamente, em 9 de setembro de 1981, a propriedade aparece em nome da empresa falida Selecta, de propriedade do especulador das bolsas de valores Naji Nahas. Falida em 1991, a Selecta nunca teve funcionários e não tem dívida trabalhista.

A segunda versão, baseada em uma certidão centenária solicitada pelo vereador Wagner Balieiro, sustenta que o terreno teve dezenas de proprie-

NOSSA CIDADE

Fotos: Fernanda Soares



Dona Francisca: momento de grande emoção



Eliete superou as dificuldades e cadastrou-se a tempo

tários, sendo dividido e novamente agrupado ao longo dos anos. Por se tratar de uma documentação muito antiga, com delimitações transcritas como “segue pela cerca de arame farpado até a figueira”, é impossível afirmar se toda a área hoje conhecida por Pinheirinho corresponde à que consta da escritura.

O terreno documentado como pertencente a Naji Nahas foi penhorado em 1990 pela Prefeitura para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) atrasado, porém a penhora nunca foi executada.

Durante os oito anos de existência da ocupação, que se tornou um



Populares ex-moradores do Pinheirinho entram no estádio Martins Pereira para assinar os contratos das casas

bairro com mais de 6 mil moradores, a Prefeitura não demonstrou interesse em tomar posse do terreno para pagamento da dívida.

O fato é que na manhã de 22 de janeiro de 2012 uma tropa constituída por

1.750 homens da Polícia Militar (tropa de choque e ROTA) e da Guarda Civil Metropolitana chegou ao Pinheirinho para realizar a reintegração de posse solicitada pelo especulador Nahas e concedida pela justiça.

Uma liminar da Justiça Federal suspendendo a reintegração chegou a ser expedida, mas não surtiu efeito. Ao final da noite, todas as casas do bairro estavam vazias. Os moradores não puderam resistir à violenta desocupação.

Bombas de gás foram lançadas dentro do centro de triagem criado pela Prefeitura e um homem chegou a ser baleado pelas costas. Moradores e jornalistas foram atacados mesmo com os braços para cima em sinal de rendição.

SAÚDE

Doença do refluxo gastroesofágico

João Batista de Oliveira*

A doença do refluxo gastroesofágico é um distúrbio em que o esfíncter inferior do esôfago não se fecha adequadamente, permitindo o retorno ácido do estômago, que leva à sensação de queimação

subindo pelo tórax em direção à garganta.

Pode ser decorrente de obesidade, presença de hérnia de hiato, de vários hábitos pessoais ou ainda ocorrer — sem uma explicação muito clara — em quem não possui esses fatores de risco.

As queixas são: sensação de queimação no peito, de engasgo,

azia e rouquidão pela manhã.

O tratamento deve ser feito com medicamentos, mas é essencial controlar os agravantes. Deve-se evitar o consumo de álcool, de fumo, café, chocolate, menta, hortelã, gorduras e refrigerantes, muito especialmente à noite; evitar ainda o uso de roupas apertadas no ab-

dome, evitar fazer refeições tarde da noite; não deitar após as refeições; controlar sobrepeso ou obesidade; elevar a cabeceira da cama na altura de 28 cm. Alguns casos de refluxo gastroesofágico podem necessitar de tratamento cirúrgico.

**O autor é médico.*

BRASIL

MEDIDA ESVAZIA CONTROLE SOCIAL DA TV BRASIL

Senado desfigura EBC e Temer agora pode controlar presidência e Conselho

Aprovação da Medida Provisória 744 altera a estrutura da Empresa Brasil de Comunicação, responsável pela TV Brasil e outras mídias mantidas pela União. Governo pode nomear todos os integrantes do Conselho Curador

Cristiane Sampaio
(Brasil de Fato)

O plenário do Senado Federal aprovou, por 47 votos a 13, o relatório apresentado pelo senador Lasier Martins (PSD-RS) a favor da Medida Provisória (MP) 744, que reforma a estrutura administrativa da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A matéria será enviada à sanção presidencial.

A aprovação se deu sob protestos de parlamentares da oposição e movimentos da sociedade civil organizada, para os quais a medida aponta para a extinção da comunicação pública no país. Eles afirmaram que a MP é inconstitucional e sinalizaram que devem recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar as alterações.

PT, PCdoB e Rede foram contrários à MP. Entre as legendas que apoiaram as mudanças estão PSDB, PR, PP, PSD, DEM, PSB e PMDB, com destaque para o voto do presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB). A MP 744 modifica a Lei 11.652/2007, que instituiu a EBC e apontou os princípios norteadores do serviço da radiodifusão pública. As principais alterações consistem na extinção do Con-

selho Curador e do mandato do diretor-presidente da Empresa, que passa a ficar submetido ao presidente da República. Anteriormente, o dirigente era indicado pelo chefe do Executivo federal, mas cumpria quatro anos de atuação num período não coincidente com o da gestão do presidente da República, de forma a evitar ingerências governamentais indevidas.

Além disso, o mandato era monitorado pelo Conselho Curador, formado por 22 membros provenientes de vários segmentos, incluindo governo, funcionários da EBC, iniciativa privada e setores da sociedade civil organizada. O colegiado avaliava a produção dos veículos vinculados à Empresa, consistindo num instrumento de controle social do trabalho apresentado pela EBC, com representantes de diversos segmentos, incluindo mulheres, jovens, negros, índios e outros. Todos os membros eram escolhidos com monitoramento da sociedade.

Novo formato

Com a aprovação, a EBC passa a ter, no lugar do Conselho, um comitê editorial composto por 20 membros que serão indicados pelo presidente da República. Além de não ter poder de veto, o referido comitê terá poderes editoriais para intervir nos conteúdos produzidos pela Empresa, o que não era facultado ao antigo Conselho. O novo formato desagradou



Ricardo Melo e Rita Freire em reunião do Conselho Curador

a oposição, que qualificou a medida como uma tentativa de aparelhamento do setor e de favorecimento da lógica privatista.

“Essa MP enfraquece o sistema de comunicação pública do ponto de vista da sua autonomia, tirando toda a independência que ele precisa ter, e transforma a EBC em comunicação governamental. Segundo esse caminho, o Estado terá direito apenas à comunicação privada, aquela que se move de acordo com os interesses de mercado”, afirmou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Antes da edição da MP 744, em setembro do ano passado, a EBC produzia conteúdos diversos, garantindo oferta de programação para segmentos não devidamente contemplados pelas redes privadas, como, por exemplo, o público infantil. O senador Randolfé Rodrigues (Rede-AP) destacou a existência de sistemas de comunicação pública em outros países democráticos, como França e Inglaterra.

“Nós precisamos é de uma EBC nos moldes da BBC [British Broadcasting Corporation], que é uma empresa do Estado britânico, e não pertence aos governos, porque este modelo

só interessa às ditaduras ou àqueles que querem limitar a liberdade dos meios de comunicação”, apontou. Ele lembrou ainda que instâncias do Ministério Público Federal (MPF), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU) já se manifestaram publicamente contra a MP 744.

Inconstitucionalidade

Ao engrossar o coro contra as alterações na EBC, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) também tem destacado o posicionamento da OEA, da ONU e do MPF e o caráter inconstitucional da MP 744. “Ao se extinguirem os mecanismos de autonomia da empresa, há uma violação ao artigo 220 da Constituição Federal, que trata da complementariedade entre os sistemas público, privado e estatal de comunicação”, afirma a secretária-geral da entidade, Bia Barbosa.

Os senadores da base aliada defenderam as alterações na EBC, argumentando que elas seriam importantes para o país. O senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), por exemplo, defendeu a inge-

rência do presidente da República na EBC e disse que determinadas empresas estatais precisam ter uma gestão com autoridade concentrada no Planalto.

A aprovação da MP 744 foi recebida com preocupação pela ex-diretora da EBC Tereza Cruvinel, que atuou no processo de fundação da Empresa. “Isso significa retrocesso, involução, atraso para a democracia brasileira. A Lei 11.652 foi um avanço, a definição legal mais importante sobre o que é um sistema de comunicação pública e como ele deve funcionar”, criticou.

A jornalista Rita Freire, última presidenta do Conselho Curador, reforçou as críticas à extinção do colegiado. “É uma destruição da autonomia da empresa. O Conselho não pautava a EBC e tinha o papel de deliberar sobre as diretrizes dela, que é o que mantinha a comunicação pública voltada para cobrir as diferentes regiões, por exemplo. Era uma coisa macro, não uma apropriação, intromissão ou censura do trabalho dos profissionais. Já um comitê editorial com os amigos da gestão com certeza vai pautar seus interesses”, apontou.

A EBC é motivo de uma queda de braço entre governo e oposição desde o ano passado, logo após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT). Ao assumir o cargo, Michel Temer exonerou o então presidente da empresa, Ricardo Melo, que havia sido nomeado semanas antes. O STF concedeu uma liminar garantindo o retorno de Melo ao cargo, mas, logo em seguida, Temer editou a MP 744, alterando a configuração da EBC.

Magno Romero/EBC /17/3/16